

AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA: CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE EM DECORRÊNCIA DESSA PRÁTICA

PEDIATRIC SELF-MEDICATION: CONSEQUENCES FOR HEALTH AS A RESULT OF THIS PRACTICE

AUTOMEDICACIÓN PEDIÁTRICA: CONSECUENCIAS PARA LA SALUD DERIVADAS DE ESTA PRÁCTICA

Erisvania Rosa da Cruz Santos¹
Jovana Alves Ferreira²
Tiago de Almeida Costa³
Juliana Lima Gomes Rodrigues⁴

RESUMO: A automedicação é definida como a utilização de medicamentos por conta própria para tratar patologias. A deficiência no acesso aos meios de saúde, e a veiculação de propagandas de medicamentos de venda livre influenciam a procura de formas alternativas de tratamento e uma delas é a utilização de medicamentos sem a orientação. O objetivo do estudo foi analisar as publicações sobre automedicação pediátrica no Brasil, de modo a investigar quais os fatores motivacionais, bem como descrever os seus riscos, consequências e identificar quais os medicamentos mais utilizados. Para este trabalho foi realizada uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Os dados foram coletados a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se as bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de Dados da Enfermagem (BDENF), Public Medline (PubMed), CAPES Periódicos, além da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Como achado mais relevante, esta pesquisa apontou a prevalência da prática da automedicação por responsáveis da criança e a principal motivação para esta prática foi a dificuldade para conseguir atendimento. Quanto à forma de uso, o estudo apontou que esta normalmente é feita por meio da utilização de receitas anteriores. Além disso, este estudo denota a importância da promoção de ações de prevenção junto aos responsáveis das crianças e assim colaborar para a minimização de efeitos negativos inerentes a automedicação.

2466

Palavras-chave: Automedicação. Crianças. Medicamentos.

¹ Graduanda em farmácia.

² Graduanda em farmácia.

³ Graduando em Farmácia. Instituição: Universidade Salvador – UNIFACS.

⁴ Mestra em Farmácia com ênfase em análises toxicológicas. Instituição: universidade federal da Bahia – UFBA.

ABSTRACT: Self-medication is defined as the use of medication on its own to treat pathologies. The lack of access to health services and the placement of advertisements for over-the-counter medicines influence the search for alternative forms of treatment, and one of them is the use of medicines without guidance. The objective of the study was to analyze publications on pediatric self-medication in Brazil, in order to investigate which are the motivational factors, as well as describe their risks, consequences and identify which drugs are most used. For this work, an integrative literature review of a qualitative, descriptive and exploratory nature was carried out. Data were collected from the Virtual Health Library (VHL), using the databases of the Online Medical Literature Analysis and Retrieval System (MEDLINE) and Latin American and Caribbean Health Sciences (LILACS) data-bases.), Nursing Databases (BDENF), Public Medline (PubMed), CAPES Periodicals, in addition to the Online Scientific Electronic Library (SciELO). As the most relevant finding, this research pointed to the prevalence of the practice of self-medication by those responsible for the child and the main motivation for this practice was the difficulty in obtaining care. As for the form of use, the study pointed out that this is usually done through the use of previous recipes. In addition, this study shows the importance of promoting prevention actions with those responsible for the children and, thus, collaborating to minimize the negative effects inherent to self-medication.

Keywords: Self-medication. Children. Medicines.

RESUMEN: La automedicación se define como el uso de medicamentos por sí solos para tratar patologías. La deficiencia en el acceso a los establecimientos de salud y la colocación de anuncios de medicamentos de venta libre influyen en la búsqueda de formas alternativas de tratamiento, y una de ellas es el uso de medicamentos sin orientación. El objetivo del estudio fue analizar publicaciones sobre automedicación pediátrica en Brasil, con el fin de investigar cuáles son los factores motivacionales, así como describir sus riesgos, consecuencias e identificar qué fármacos son los más utilizados. Para este trabajo se realizó una revisión integrativa de la literatura de carácter cualitativo, descriptivo y exploratorio. Los datos fueron recolectados de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), utilizando las bases de datos Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) y Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS), Bases de Datos de Enfermería (BDENF), Medline Pública (PubMed), Periódicos CAPES, además de la Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO). Como hallazgo más relevantes, esta investigación señaló el predominio de la práctica de la automedicación por parte de los responsables del niño y la principal motivación para esa práctica fue la dificultad en la obtención de cuidados. En cuanto a la forma de uso, el estudio apuntó que normalmente se hace mediante el uso de recetas previas. Además, este estudio denota la importancia de promover acciones de prevención con los responsables de los niños y así colaborar para minimizar los efectos negativos inherentes a la automedicación.

Palabras clave: Automedicación. Niños. Medicamentos.

INTRODUÇÃO

A automedicação consiste na prática de utilização de medicamentos, sem orientação de profissional do campo da saúde ou prescrição de um médico, em que indivíduos tomam decisões por conta própria ou influência de outras pessoas para melhora de sintomas (SILVA et al., 2011).

Em se tratando da automedicação em crianças, pesquisas demonstram que os maiores responsáveis por essa prática são as mães e as avós, e os principais motivos pelos quais elas recorrem à automedicação são: dor, febre, inflamação na garganta e gripe. Os mesmos autores identificaram ainda que os responsáveis reutilizam prescrições antigas, bem como as sobras de medicamentos usados em tratamentos anteriores (BOEHS et al., 2011).

De acordo com Goulart et al. (2012), a falta de acesso aos meios de saúde, bem como a carência de atendimento com qualidade, e a veiculação de propagandas de medicamentos de venda livre influenciam cada vez mais a procura de outras alternativas, dos responsáveis pelas crianças, por formas de tratamento e uma delas é a utilização de medicamentos sem a orientação de um profissional habilitado.

Independente da classe farmacológica, a administração inadequada do medicamento pode acarretar efeitos deletérios, reações adversas e atraso no diagnóstico de doenças graves, além da possível resistência bacteriana provocada pelo uso indiscriminado de antimicrobianos. A depender da classe, outro hábito comum é a interrupção do tratamento quando ocorre melhora no quadro clínico da criança (SILVA, 2016).

Ainda persiste a concepção de que fazer o uso de medicamentos sem prescrição de um profissional habilitado não acarreta nenhum malefício. É de suma importância os responsáveis compreenderem que medicamentos mesmo sendo comercializados livremente possuem efeitos colaterais e o uso deve ser feito racionalmente. Para tanto é necessário que seja do conhecimento de todos os riscos atrelados à prática da automedicação, que em alguns casos são irreversíveis, sobretudo, nas crianças (MARTINS et al. 2017).

Segundo Pôrto (2014), comumente as pessoas procuram uma farmácia ou drogaria, que é um estabelecimento de saúde de fácil acesso, em busca de medicamentos. Deste modo, é muito importante que o profissional farmacêutico tenha noção exata de sua competência e dos limites de intervenção quando se trata do processo saúde doença, para que assim possa tomar uma atitude correta, avaliando a situação da criança e conduzindo-a, sempre que necessário, a uma consulta médica ou hospitalar, em casos de emergência.

Este estudo justifica-se devido a existência da prática da automedicação em crianças por seus responsáveis, sem a consciência dos riscos inerentes a esta situação que por vezes põe em risco a vida de seus infantes. Para tanto este estudo tem o objetivo de analisar as publicações sobre automedicação pediátrica no Brasil, de modo a investigar quais os fatores motivacionais, bem como descrever os seus riscos, consequências e identificar quais os medicamentos mais utilizados.

MÉTODOS

Esse estudo é uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Os dados foram coletados a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se as bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (MEDLINE) e Literatura Latino-Americanae do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de Dados da Enfermagem (BDENF), Public Medline (PubMed), CAPES Periódicos, além da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a pesquisa nas bases de dados foram utilizados os seguintes descritores: Automedicação; Crianças; Medicamentos.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos delimitados como estudos populacionais e estudos clínicos randomizados publicados no idioma português e inglês, disponíveis na forma gratuita e íntegra, publicados entre os anos de 2010 a 2022. Foram excluídos artigos, dissertações ou teses que não atendam ao objetivo, e os que estavam duplicados nas bases de dados (contabilizados apenas uma vez).

A técnica de análise de dados se processou através da leitura de todo o material selecionado na íntegra para posterior categorização temática. Seguindo essa linha, a cada leitura dos materiais utilizados, elaborou-se um resumo próprio, a partir da reflexão e interpretação do entendimento sobre o estudo, ou a cada informação considerada de grande relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa na literatura resultou em um total de 118 artigos. Destes, 45 foram excluídos por apresentarem duplicidade nas buscas, restando 73 estudos, dos quais 66 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 7 artigos que abordaram a prevalência, fatores motivacionais e consequências da automedicação pediátrica no Brasil. O quadro 1 apresenta principais desfechos encontrados nos artigos analisados.

QUADRO 1 - Principais desfechos encontrados nos artigos analisado.

Estudo	Metodologia	Participantes	Desfechos	Conclusão
Beckhauser et al. (2010)	Estudo transversal com amostra selecionada por sorteio	Responsáveis pelas crianças em 83 domicílios	A análise estatística evidenciou associação entre a reutilização de antigas prescrições e a idade da criança inferior a sete anos.	A automedicação é uma prática frequente na população investigada, sendo geralmente mais comum em crianças de até sete anos e realizada principalmente pelas mães.
Vieira; Perassolo (2011)	Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva.	106 cuidadores de crianças internadas na unidade pediátrica de um hospital.	Avaliação da prática diária do modo de administração, compreensão e cumprimento de uma prescrição e a sua importância para que um tratamento seja efetivo.	Há cuidadores de crianças que estão atualizados ou então informados em relação ao uso adequado de medicamentos, porém, de acordo com os resultados houve entrevistados que ainda apresentaram carência de informação.
Goulart et al. (2012)	Estudo descritivo exploratório, qualitativo.	1671 crianças	Dentre as 590 crianças estudadas em Caracol e 1081 em Garrafão, 30% e 25% haviam sido automedicadas nos últimos 15 dias, respectivamente.	A prevalência de automedicação por parte das mães para menores de cinco anos nos municípios estudados, apesar de inferior à observada em outras localidades brasileiras, decorreu, sobretudo, da dificuldade de realização de consulta médica.
Cruz et al. (2014)	Pesquisa qualitativa	Não foi estabelecido	Destaca-se na automedicação o uso de paracetamol (30,2%), dipirona (20,8%) e anti-inflamatórios (18,8%).	A prevalência do consumo de medicamentos na população infantil foi alta, indicando a necessidade de formulação de programas educativos visando principalmente à conscientização dos cuidadores sobre o uso racional.

Fonte: autor

FATORES MOTIVACIONAIS E RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA

É possível observar que 3 estudos como metodologia o corte transversal, 2 a pesquisa qualitativa e 2 optaram por realizar o método de estudo descritivo. Embora tenham utilizado diferentes metodologias, os resultados mostram similaridades quando comparados, e corroboram com o estudo de Cella e Almeida (2012) e de Souza et al. (2013), que explicam que a automedicação no contexto brasileiro consiste em uma prática muito comum e que pode ser responsável pela ocorrência de inúmeros danos à saúde da população, sobretudo, em crianças.

No que concerne ao conceito de automedicação utilizado pelos autores supracitados, grande parte deles acreditam que automedicação consiste na iniciativa da pessoa em usar fármacos sem prescrição. No entanto, para Pizzol et al. (2016) a automedicação está ligada a reutilização de antigas prescrições.

Como é possível observar, os estudos se comprometeram a fazer investigação da automedicação pediátrica. Boehs et al. (2011) e Pôrto (2014), evidenciam que crianças de uma maneira geral são muito atingidas pela prática da automedicação, e esta prevalência pode guardar relação com a grande problemática da saúde pública, no que se refere ao acesso ao atendimento médico.

Cruz et al. (2014) e Domingo et al. (2016) explicam que a prática da automedicação inclui inúmeras maneiras pelas quais uma pessoa responsável decide, sem orientação médica, o medicamento e como administrá-lo para tratamento de patologias ou alívio de sintomas. Pode ser realizado com aquisição de medicamento sem receita, compartilhamento com outros membros da família, utilização de sobras de prescrições anteriores e descumprimento da prescrição do profissional de saúde.

Neste sentido, Beckhauser et al. (2010) se propuseram a avaliar a automedicação em crianças moradoras de uma cidade da região Sul do Brasil por meio de um estudo transversal que se baseou na técnica de entrevista com os responsáveis pelas crianças com idade entre zero e 14 anos, em seus respectivos domicílios. Como achado mais relevante, as pesquisas de Beckhauser et al. (2010) e Goulart et al. (2012) advertiram sobre a automedicação em crianças menores de sete anos, visto que, os estudos demonstraram chances elevadas de reutilização de prescrições antigas em comparação às crianças com idade acima de sete anos. Os autores explicam que a automedicação ocorre em maior prevalência nessa faixa etária, sendo assim, quando ocorre o

reaparecimento de sintomas, a mãe utiliza as sobras de tratamentos anteriores ou readquire com prescrições já existentes.

Vieira e Perassolo (2011) e Pizzol et al. (2016), demonstram que a vulnerabilidade socioeconômica pode influenciar a prática da automedicação, visto que, as crianças inseridas em famílias que não possuem poder aquisitivo satisfatório que lhes deem condições para custearem uma consulta e a compra dos medicamentos, estão mais susceptíveis a automedicação praticada por seus responsáveis, o que amplifica os riscos à saúde das crianças.

Quanto maior a escolaridade dos responsáveis, mais eles se sentem aptos e seguros para automedicarem suas crianças, bem como de fazer a escolha do medicamento que irá administrar, aumentando a vulnerabilidade da criança aos danos inerentes a tal prática (CRUZ et al. 2014). Moraes et al. (2013) destacaram que a problemática mais preocupante é o fato do abandono de tratamento, haja vista, que a capacidade de julgar a presença de os sinais e sintomas de alarme, que os responsáveis acreditam ter, pode ser um ato prejudicial, capaz de provocar o desenvolvimento de resistência e tolerância aos medicamentos.

Pizzol et al. (2017), realizou um estudo sobre a prevalência de uso de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica na população pediátrica brasileira e testou se fatores demográficos, socioeconômicos e médicos estão associados ao uso. Nesta pesquisa foi apontado que o perfil de utilização de medicamentos para tratamento de condições de saúde agudas ou crônicas é diferente de acordo com a região do país. As maiores prevalências da utilização de medicamentos para condições crônicas foram observadas no Sul e Sudeste, associadas à maior prevalência de doenças respiratórias crônicas nessas regiões. O uso de medicamentos para condições agudas foi maior no Nordeste e Norte, sendo utilizados para tratar diarreia e outros distúrbios gastrintestinais.

Ao tratar de questões relacionadas à vulnerabilidade das crianças à prática da automedicação por seus responsáveis, Domingos et al. (2016), realizou um estudo com a finalidade de fazer uma avaliação e caracterização de alguns aspectos relacionados à automedicação de pacientes atendidos em urgência odontológica infantil num centro de especialidades médicas e odontológicas. A reutilização ou substituição da receita ocorre com frequência, além da alteração da dose. Os autores advertem sobre essa última questão, porque geralmente a pessoa que pratica a automedicação desconhece os princípios ativos das drogas.

Desta maneira, Santos et al. (2015), denotam a necessidade de o farmacêutico atuar na orientação e aconselhamento de forma clara acerca da administração de medicamentos sem prescrição. Nos estudos aqui analisados certifica-se que os conceitos da automedicação empregados são muito abrangentes, e grande parte deles adotou como conceito de automedicação a utilização de medicamentos sem prescrição de algum profissional da saúde. Conquanto, tiveram artigos que conceituaram a automedicação como a reutilização de prescrições antigas.

Em se tratando dos responsáveis pela prática da automedicação em crianças, os estudos apontaram que as mães, por ser o adulto mais próximo e que passa mais tempo com o infante, automedicam seus filhos com vistas à resolutividade do problema de saúde. No entanto, é oportuno advertir sobre o risco de administrar um fármaco de maneira incorreta expondo a criança a reações adversas, efeitos colaterais, bem como ao atraso de diagnóstico de patologias importantes e desencadear resistência bacteriana (PIZZOL et al.,2016, DOMIN- GOS et al.,2016).

Quanto à motivação para a prática da automedicação, os estudos revelam que o déficit na acessibilidade ao atendimento médico e consultas demoradas amplifica esta prática. Além disso, os estudos analisados apontaram elevado índice de desconhecimento dos cuidadores acerca dos riscos e danos provocados pela automedicação, desta maneira pondera-se que é imprescindível à implementação de ações educativas para os responsáveis com vistas a socialização de conhecimento sobre a temática, com a intencionalidade de reverter esse processo desde a infância, isto porque, normalmente crianças automedicadas tendem a tornarem-se adultos que irão automedicar-se (BECKHAUSER et al. (2010, CELLA E ALMEIDA, 2012, SOUZA et al.,2013).

Segundo Cruz et al. (2014) e Domingo et al. (2016), a automedicação é ainda mais perigosa em crianças, devido à dificuldade da criança em expressar o que realmente está sentindo. Muitos medicamentos são coloridos e perfumados, o que pode chamar a atenção de uma criança, que pode usá-los quando um adulto não está presente. Além disso, muitos responsáveis fornecem medicamentos às crianças sob o disfarce de balas, levando-os a acreditar que é inofensivo e pode ser consumido inadvertidamente, a despeito da possibilidade de causarem intoxicação se não forem usados nas doses corretas. A intoxicação acidental causada

pela presença de medicamentos nas residências é outro ponto que merece destaque (CELLA e ALMEIDA, 2012).

As intoxicações são perigosas porque o metabolismo das crianças é acelerado, o que aumenta a absorção e a ação dos princípios ativos da droga em seu organismo. Esses riscos incluem interações com outros medicamentos já em uso, efeitos adversos e intoxicações com custos relacionados à saúde, os quais podem atrasar ou complicar o diagnóstico e o tratamento adequado.

No tocante aos medicamentos que mais foram administrados, os estudos mostraram que são os analgésicos, antitérmicos, expectorantes, antigripais, antibióticos e anti-inflamatórios não hormonais, a maioria isentos de prescrição médica. Os analgésicos e anti-inflamatórios são os mais predominantes na automedicação de crianças e são responsáveis pela grande maioria dos casos de intoxicação. Além disso, houve uma unanimidade entre os autores e foi demonstrado que os três mais usados são: paracetamol, ibuprofeno e dipirona.

Este trabalho evidenciou a necessidade da promoção de ações de prevenção junto aos responsáveis, com vistas à minimização de efeitos danosos provocados pela automedicação, e a sensibilização destes quanto aos problemas inerentes a tal prática, no intuito de evitar a ineficácia da atividade terapêutica dos medicamentos e garantir a segurança das crianças. Quanto aos desafios encontrados para a realização desta revisão, cita-se a deficiência ao acesso de alguns estudos, e falta de padronização destes no que diz respeito às questões como o período recordatório. No entanto, estas limitações não impossibilitam os achados que revelaram que a automedicação em crianças consiste em uma prática muito frequente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível evidenciar a ocorrência da prática da automedicação em crianças, por seus responsáveis, e a falta de conhecimento sobre os riscos inerentes. É uma prática comum e feita principalmente pelas mães, tendo como motivações mais prevalentes: a facilidade ao acesso dos medicamentos nas drogarias, dificuldade para conseguir atendimento nos serviços de saúde e vulnerabilidade socioeconômica.

Constatou-se ainda que a prática da automedicação configura-se como um fator de risco para ocorrência de problemas relacionados aos medicamentos, isto porque, as substâncias administradas nas crianças e doses incorretas podem mascarar os sintomas, provocar interações

medicamentosas e efeitos adversos.

Com base na revisão de literatura aqui apresentada fica evidente a necessidade da publicação de novas produções científicas que abordem os riscos e as consequências da prática de automedicação em crianças por seus responsáveis, bem sobre projetos de educação em saúde que visem esclarecer e alertar a população sobre essa prática tão comum e arriscada.

REFERÊNCIAS

1. BECKHAUSER, G.C. et al. Utilização de medicamentos na pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. *Rev. paul. Pediatr.* São Paulo, 2010; 28(3): 262-268.
2. BOEHS, A. E. et al. A percepção dos profissionais de saúde sobre os cuidados das mães de crianças entre 0 a 6 anos usuárias da Estratégia de Saúde da Família. *Physis.*, Rio de Janeiro, 2011; 21(3): 1005-1022.
3. CELLA, E.; ALMEIDA, R. B. Automedicação: enfoque pediátrico. *Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, Florianópolis*, 2012; 5(1):72-86.
4. CRUZ, M. J. B. et al. Uso de medicamentos entre crianças de 0-14 anos: estudo de base populacional. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, 2014; 90(6):608-615.
5. DOMINGOS, S. M. et al. Internações por intoxicação de crianças de zero a 14 anos em hospital de ensino no Sul do Brasil, 2006-2011. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 2016; 25(2): 343-350.
6. GOULART, I. C. et al. Automedicação em menores de cinco anos em municípios do Pará e Piauí: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, 2012; 12(2): 165-172.
7. MARTINS, G. et al. Impacto dos medicamentos nas intoxicações em crianças. *Revista da Universidade Ibirapuera*, São Paulo, 2017; 13(13):98-112.
8. MORAES, C. G. et al. Utilização de medicamentos entre crianças de zero a seis anos: um estudo de base populacional no sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013; 18: 3585-3593.
9. PIZZOL, T. S. D. et al. Uso de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica entre crianças no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 2016; 50(2):115-135.
10. PÔRTO, J. A. Perfil dos usuários do Programa Farmácia Popular do Brasil a partir de seis drogarias no Distrito Federal. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva) Universidade de Brasília, Brasília, 2013; 51 p.
11. SANTOS, P. N. M.; FREITAS, R. F.; EDUARDO, A. M.L. N. Automedicação infantil: motivação e conhecimento dos pais. *Revista Multitexto*, Montes Claros, 2015; 3(1): 65-72.

12. SILVA, I. M. et al. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2011; 16: 1651-1660.
13. SILVA, L. T. C. Análise da automedicação, suas práticas e riscos sobre a saúde: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016; 17: 1-47.
14. SOUZA, M. S. et al. Automedicação em crianças que procuram o serviço de emergência em um hospital no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Farmácia*, 2013; 94(1): 54-58.
15. VIEIRA, J. K. F.; PERASSOLO, M. S. Avaliação do conhecimento sobre uso correto e cuidados com medicamentos em cuidadores de pacientes na unidade pediátrica de um hospital. *Revista Eletrônica de Farmácia*, 2011; 8(3):16.